

Nota da Coordenação Nacional em Defesa da Educação Pública e Gratuita

A Coordenação Nacional em Defesa da Educação Pública e Gratuita, reunida em São Paulo-SP, no dia 16 de Fevereiro de 2017, debateu as ações para a construção do III Encontro Nacional de Educação (ENE), na perspectiva de avançar na construção de um projeto classista e democrático para a educação brasileira.

Na oportunidade, a reunião pautou os desafios para os movimentos sindicais, populares e estudantis a serem enfrentados nesse próximo período. Diante de tantos ataques promovidos pelo ilegítimo Governo Temer e pelos governos estaduais e municipais, destacamos que as centrais sindicais, entidades nacionais do serviço público federal, estadual e municipal, apontam os dias **8 de março**, como um dia nacional de luta contra o machismo, a misoginia e a reforma da previdência; bem como o dia **15 de março** como um dia nacional de luta com paralisações, atos, mobilizações contra a Reforma da Previdência (PEC 287/2016) que, se aprovada destruirá a previdência pública brasileira. As ações de mobilização nos dias **8 de março e 15 de março** são parte da necessária construção da greve geral no país para derrotar a Reforma da Previdência.

Convidamos todas as entidades nacionais que compõem essa Coordenação, em conjunto com as suas entidades de base filiadas a construir essas atividades contra a Reforma da Previdência nos dias **8 e 15 de março**.

Além disso, ressaltamos que no dia 16 de fevereiro de 2017 foi sancionada a Lei 13.415 (MP 746/2016) que institui a Contrarreforma do Ensino, que visa estabelecer uma formação precária e segmentada para os filhos e filhas da classe trabalhadora, e enfraquece a perspectiva de que a educação é um direito público universal que deve ser ofertada de forma gratuita e com qualidade devendo ser financiada exclusivamente pelo Estado.

Nesse próximo período, o Ministério da Educação (MEC) pressionará as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação a realizarem as alterações impostas pela Contrarreforma do Ensino Médio, no que se refere à alteração da estrutura curricular de cada estabelecimento de ensino das redes estaduais, utilizando para isso de pressão como o não repasse de finanças para manter as ações cotidianas. Assim, compreendemos que é de suma importância que as entidades nacionais que compõem essa Coordenação orientem as suas entidades de base a promoverem de forma unificada com os movimentos sindicais, populares e estudantis, as lutas em resistências em cada Estado, Município e no Distrito Federal, contra as imposições que virão por parte do MEC no sentido de implementar as diretrizes dessa Contrarreforma do Ensino Médio.

A luta contra essa Contrarreforma não acabou! Resistiremos lutando pela não adoção das novas diretrizes! Cabe lembrar que essa luta está vinculada à resistência contra o Projeto de Lei Escola “Sem Partido” que tramita no Congresso Nacional, e que também está em tramitação em alguns Estados e Municípios. A luta em defesa de nosso futuro, com uma previdência pública e com um sistema de ensino democrático, público estatal, gratuito e com qualidade, está na ordem do dia e caracterizará a conjuntura nesse próximo período.

**Coordenação Nacional em Defesa da
Educação Pública e Gratuita**

São Paulo, 16 de Fevereiro de 2017